



Infraestrutura Brasil Holding VI S.A.

CNPJ/ME nº 35.378.705/0001-21

das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias. O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

27. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA (CONSOLIDADO)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme mencionado nas notas explicativas nº 7 e 8, foram adquiridos ativos imobilizados e intangível ao custo total de R\$ 12.418 e R\$ 394.733 a

seguinte forma:

a) Imobilizado
Custo com aquisição imobilizado
Saldo de fornecedor no fim do exercício

b) Intangível
Custo com aquisição intangível
Saldo de fornecedor no fim do exercício

	2022	2021
(12.418)	(12.418)	(33.349)
5.297	5.297	1.928
(7.121)	(7.121)	(31.421)

c) Empréstimos e financiamentos e debêntures - Pagamentos
Pagamento de empréstimos e financiamentos
Pagamento de debêntures
Custo de transação

	2022	2021
(382.252)	(382.252)	(850.112)
(545.051)	(545.051)	(71.138)
(1.303.502)	(1.303.502)	

d) Empréstimos e financiamentos e debêntures - Captações
Captação de debêntures
Arrolagem da dívida

	2022	2021
1.550.000	1.550.000	
(338.580)	(338.580)	
1.211.420	1.211.420	

A DIRETORIA

Gilson Carvalho - Diretor Financeiro/RI

Daniel Becker - Diretor

CONTADOR: Daniel Lavorini - Contador - CRC 1SP241985/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da

Infraestrutura Brasil Holding VI S.A. Bauri - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding VI S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Infraestrutura Brasil Holding VI S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação

a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 05 de abril de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-02766/F

Marcos Roberto Bassi

Contador CRC 1SP217348/O-5

Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A. CNPJ/ME nº 19.082.784/0001-72									
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as normas contábeis aplicadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2022. A receita líquida atingiu R\$ 15.876 em 2022 e era de R\$ 13.817 em 2021. A Companhia apurou um prejuízo de R\$ 847 em 2022 ante um prejuízo de R\$ 2.330 no ano anterior, a redução do prejuízo decorre, substancialmente, do aumento na produção de energia em 2022, efeito do reconhecimento do curtailment no montante de R\$ 786 e a atualização pelo IPCA dos contratos de comercialização de energia. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido era R\$ 38.084. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados. São Paulo, 06 de abril de 2023. A ADMINISTRAÇÃO									
Balanço Patrimonial					Demonstração dos fluxos de caixa				
Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022 31/12/2021	
Circulante				Circulante				Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.118	5.368	Fornecedores	14	291	395	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social (176) (1.856)	
Contas a receber	7	1.817	1.671	Partes relacionadas	10	9.023	9.839	Ajustes de receitas e despesas	
Estoque	8	167	72	Tributos a pagar	15	423	358	Depreciação e amortização 4.030 4.011	
Tributos a recuperar	9	552	390	Provisão de ressarcimento	16	14.424	9.332	Baixa de ativo imobilizado 471 186	
Partes relacionadas	10	6	2	Total do passivo circulante		24.161	19.924	Juros partes relacionadas 5.629 5.350	
Despesas antecipadas				Partes relacionadas				Provisão e atualização financeira de ressarcimento 4.490 5.004	
Outras contas a receber	11	95	269	Provisão de ressarcimento	10	26.048	32.600	Atualização financeira de provisão de desmobilização 132 117	
Total do ativo circulante		10.755	7.775	Provisão para desmobilização	16	3.814	4.416	Variações nos ativos e passivos	
Não circulante				Total do passivo não circulante	16	734	1.439	Contas a receber (146) (137)	
Realizável a longo prazo				Total do passivo		30.596	38.455	Estoque (95) (46)	
Tributos a recuperar	9	139	161	Patrimônio líquido	17			Tributos a recuperar (140) (166)	
Depósitos judiciais	16	18	8	Capital social		40.081	36.081	Partes relacionadas (220) 147	
Tributos diferidos	12	524	378	Prejuízos acumulados		(3.997)	(3.150)	Despesas antecipadas 2 (1)	
		681	547	Total do patrimônio líquido		38.084	32.931	Depósitos judiciais (10) (8)	
Imobilizado	13	79.396	82.988	Total do passivo e patrimônio líquido		90.841	91.310	Outras contas a receber 174 88	
Intangível								Outras contas a pagar 3	
Total do ativo não circulante		80.086	83.535					Fornecedores (104) (204)	
Total do ativo		90.841	91.310					Tributos a pagar (129) (120)	
Demonstração do Resultado				Demonstração do Resultado Abrangente					
Receita líquida de vendas	18	15.876	13.817	Prejuízo do exercício	31/12/2022	31/12/2021			
Custo do serviço de energia elétrica	19	(8.455)	(8.272)	Outros componentes do resultado abrangente	(847)	(2.330)			
Lucro bruto		7.421	5.545	Total do resultado abrangente	(847)	(2.330)			
Despesas gerais e administrativas	20	(1.346)	(1.255)						
Outros ganhos (perdas), líquidos	20	(472)	(186)						
Lucro operacional		5.603	4.104						
Resultado financeiro				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
Receitas financeiras	21	543	157	Capital social			Total do		
Despesas financeiras		(6.322)	(6.117)	Prejuízos acumulados			patrimônio líquido		
		(5.779)	(5.960)	Em 01 de janeiro de 2021	36.081	(820)	35.261		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(176)	(1.858)	Prejuízo do exercício		(2.330)	(2.330)		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	22	(671)	(474)	Em 31 de dezembro de 2021	36.081	(3.150)	32.931		
Prejuízo do exercício		(847)	(2.330)	Prejuízo do exercício		(847)	(847)		
Prejuízo básico e diluído				Aumento de capital (nota 1.2 (a))	4.000	4.000	4.000		
atribuível por lote de mil ações - R\$	17	(0.02)	(0.06)	Em 31 de dezembro de 2022	40.081	(3.997)	36.084		
Notas Explicativas									
Informações gerais: Contexto operacional: A Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou "Santa Joana IX") é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 3 de outubro de 2013 através da cisão parcial da Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A. A Companhia tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimentos de energia elétrica por fonte eólica, mediante a exploração do parque eólico Santa Joana IX, com 29,6 MW de capacidade instalada, localizado no Estado do Piauí. A Companhia é controlada pela Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Controladora") que é detentora de 100% das ações da Companhia. Em 23 de agosto de 2013, a Companhia Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A., que posteriormente foi cindida, venceu o Leilão de Energia de Reserva no 05/2013, organizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), em conformidade às regras emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), expostas no edital Leilão no 05/2013 - Processo no 48500.002827/2013-76. Em 27 de agosto de 2015 a Companhia entrou em operação comercial, em cumprimento ao contrato de Energia de Reserva assinado. A Companhia possui junto à ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:									
SPE					Portaria MME				
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.					Termino das outorgas				
Com contratos de Power Purchase Agreement ("PPA") com as seguintes características:					Março de 2049				
Eólica	Estado	Cidade	Capacidade instalada(MW)	Energia assegurada MWh/Ano	Início	Termo			
Ventos de Santa Joana IX	Piauí	Marcolândia	29,60	138.408	Sentembro de 2015	Agosto de 2035			
A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 06 de abril de 2023.									
Diretor: Daniel Pastro					Contador: Cristiano Pavane - CRC 1SP271178/O-8				
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no site: https://publilegal.diariodenoticias.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 6 de abril de 2023, sem modificações.									

Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. CNPJ/MF nº 19.082.754/0001-66									
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as normas contábeis aplicadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2022. A receita líquida atingiu R\$ 17.230 em 2022 e era de R\$ 13.874 em 2021. A Companhia apurou um prejuízo de R\$ 742 em 2022 ante um prejuízo de R\$ 3.239 no ano anterior, a redução do prejuízo decorre, substancialmente, do aumento na produção de energia em 2022, efeito do reconhecimento do curtailment no montante de R\$ 786 e a atualização pelo IPCA dos contratos de comercialização de energia. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido era R\$ 40.256. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados. São Paulo, 06 de abril de 2023. A ADMINISTRAÇÃO									
Balanço patrimonial					Demonstração dos fluxos de caixa				
Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2022	31/12/2021		
Circulante				Circulante				Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.608	5.631	Fornecedores	14	490	314	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(69) (2.760)
Contas a receber	7	1.872	1.722	Partes relacionadas	10	9.251	11.275	Ajustes de receitas e despesas	
Estoque	8	294	218	Tributos a pagar	15	472	388	Depreciação	4.132 4.125
Tributos a recuperar	9	598	417	Provisão de ressarcimento	16	15.001	10.499	Baixa de ativo imobilizado	2.168 455
Partes relacionadas	10	6	3	Total do passivo circulante		25.214	22.466	Juros partes relacionadas	5.800 5.512
Despesas antecipadas				Não circulante				Provisão e atualização financeira de ressarcimento	3.747 5.533
Outras contas a receber	11	1	28	Partes relacionadas	10	23.819	30.418	Avaliação financeira de provisão de desmobilização	133 116
Total do ativo circulante		11.379	8.277	Provisão de ressarcimento	16	3.789	4.554	Variações nos ativos e passivos	
Não circulante				Provisão para desmobilização	16	734	1.438	Contas a receber	(150) (69)
Realizável a longo prazo				Total do passivo não circulante		28.342	36.410	Estoque	(76) (101)
Tributos a recuperar	9	139	167	Total do passivo		53.556	58.876	Tributos a recuperar	(15) (20)
Depósitos judiciais	12	18	8	Patrimônio líquido	17			Partes relacionadas	(1.259) 241
Tributos diferidos	12	539	417	Capital social		41.657	34.657	Despesas antecipadas	(1) 21
		696	592	Prejuízos acumulados		(1.401)	(659)	Depósitos judiciais	(10) (8)
Imobilizado	13	81.737	84.005	Total do patrimônio líquido		40.256	33.998	Outras contas a receber	283 921
Total do ativo não circulante		82.433	84.597	Total do passivo e patrimônio líquido		93.812	92.874	Outras contas a pagar	(25) (36)
Total do ativo		93.812	92.874					Fornecedores	176 256
Demonstração do resultado					Demonstração do resultado abrangente				
Receita líquida de vendas	18	17.230	13.874	Prejuízo do exercício	31/12/2022	31/12/2021		Tributos a pagar	(28) (117)
Custo do serviço de energia elétrica	19	(8.226)	(8.677)	Outros componentes do resultado abrangente	(742)	(3.239)		Caixa gerado nas operações	14.696 13.262
Lucro bruto		9.004	5.197	Total do resultado abrangente	(742)	(3.239)		Juros pagos a partes relacionadas	(6.294) (5.018)
Despesas gerais e administrativas	20	(1.250)	(1.285)					Imposto de renda e contribuição social pagos	(680) (445)
Outros ganhos (perdas), líquidos	20	(1.713)	(545)					Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.719 7.799
Lucro operacional		6.041	3.367					Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Resultado financeiro					Demonstração das mutações do patrimônio líquido				
Receitas financeiras	21	422	167	Reservas de Lucros				Aquisições de bens do ativo imobilizado	(4.869) (394)
Despesas financeiras		(6.532)	(6.294)	Capital social				Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.869) (394)
		(6.110)	(6.127)	Prejuízos acumulados				Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(69)	(2.760)	Em 01 de janeiro de 2021				Aumento de capital	7.000
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	22	(673)	(473)	Prejuízo do exercício				Partes relacionadas - pagamento de cessão de recebíveis	(6.873) (5.480)
Prejuízo do exercício		(742)	(3.239)	Transferências entre reservas	(209)	(2.371)	2.580	Caixa líquido proveniente das (aplicado nas atividades de financiamentos	127 (5.480)
Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R\$	17	(0.02)	(0.09)	Em 31 de dezembro de 2021	34.657	(659)	33.998	Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.977 1.925
				Prejuízo do exercício				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.631 3.706
				Aumento de capital (nota 1.2 (a))	7.000		7.000	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.508 5.631
				Em 31 de dezembro de 2022	41.657	(1.401)	40.256		
Notas Explicativas									
Informações gerais: Contexto operacional: A Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou "Santa Joana X") é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 3 de outubro de 2013 através da cisão parcial da Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. A Companhia tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimentos de energia elétrica por fonte elétrica, mediante a exploração de projetos eólica Santa Joana X, com 29,6 MW de capacidade instalada, localizado no Estado do Rio de Janeiro. A Companhia é controlada pela Santa Joana X Holding S.A. que é detentora de 100% das ações da Companhia. Em 23 de agosto de 2013, a Companhia Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A., que posteriormente foi criada, vendeu o Leilão de Energia de Reserva no 052/13, organizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em conformidade às regras emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), expostas no edital Leilão no 052/13 - Processo no 48500.002827/2013-76. Em 27 de agosto de 2015 a Companhia entrou em operação comercial, em cumprimento ao contrato de Energia de Reserva assinado. A Companhia possui junto à ANEEL a seguinte autorização e registro de geração: SPE									
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.					Portaria MME		Termo das Outorgas		
Cidade	Estado	Cidade	Capacidade instalada MW	Termo nº 106, de 18 de Março de 2014	Portaria	2043			
Santa Joana X	Piauí	Marcolândia	29,60	Energia Assegurada por MWh	140,160		Início		Março de 2043
A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 06 de abril de 2023.				Setembro de 2015			Agosto de 2035		
Diretor: Daniel Pastro					Contador: Cristiano Pavane - CRC 1SP271178/O-8				
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no site: https://publiclib.diaoriordenoticias.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 6 de abril de 2023, sem modificações.									